



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RAFAELA ISIDRO DE SOUZA

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E CONSELHO TUTELAR NA GARANTIA DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RIO DE JANEIRO

2025

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E CONSELHO TUTELAR NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como parte dos
requisitos necessários à obtenção de grau do
curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Maria Muanis

Rio de Janeiro
Setembro de 2025

CIP - Catalogação na Publicação

Isidro de Souza, Rafaela

Il36r A relação entre escola e Conselho Tutelar na
garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente /
Rafaela Isidro de Souza. -- Rio de Janeiro, 2025.
48 f.

Orientadora: Maria Muanis.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de
Educação, Bacharel em Pedagogia, 2025.

1. Escola. 2. Conselho Tutelar. I. Muanis,
Maria, orient. II. Título.

RELAÇÃO ENTRE ESCOLAS E CONSELHO TUTELAR NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos
necessários à obtenção de grau do curso de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professora orientadora:

Professora convidada:

Professora convidada:

Rio de Janeiro

2025

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar meus agradecimentos expressando minha profunda gratidão à minha querida mãe, que sempre me apoiou e incentivou antes e durante toda a minha trajetória na universidade. Embora, infelizmente, ela não esteja mais aqui fisicamente para compartilhar este momento tão especial, sinto que sua presença e amor continuam me guiando e inspirando. Agradeço também imensamente à minha família, em especial minha irmã Roberta, minha tia Maria José e meu primo Erick, por sempre acreditar em mim e me dar forças para concluir esse sonho, mesmo após tantas barreiras. A cada incentivo e apoio, me sentia mais próxima de honrar o compromisso que havia deixado de concluir desde a partida da minha mãe. Um agradecimento especial ao meu marido, Carlos Alberto, que esteve ao meu lado em cada etapa dessa jornada. Sua paciência, apoio incondicional e fé em mim foram fundamentais para que eu pudesse me manter firme e confiante. Agradeço também imensamente à minha querida orientadora, professora Maria Muanis, por sua incansável dedicação e por acreditar em meu potencial desde o início. Sua orientação precisa e seus conhecimentos aprofundados foram fundamentais para a construção deste trabalho. Por fim, não poderia deixar de mencionar uma pessoa especial que contribuiu imensamente para a realização deste sonho, Michele Corrêa, com quem tive a honra de trabalhar. Sua orientação e apoio foram valiosos e permanecerão sempre em minha memória.

RESUMO

Esta monografia analisa a atuação de escolas a partir de casos de violência contra crianças e adolescentes, focando na articulação entre a escola e o Conselho Tutelar. O estudo teve como objetivo entender a percepção de gestores escolares sobre as ações dos profissionais da escola, a relação com o Conselho Tutelar e os desafios enfrentados no cotidiano. Para atingir esses objetivos, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, que teve a análise documental do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma revisão bibliográfica sobre o tema e a análise de uma entrevista com uma gestora da rede municipal de ensino de um município da Baixada Fluminense. Os resultados da pesquisa mostram que, em contradição com os apontamentos da literatura acadêmica para uma tendência de “jogo de empurra” e uma visão individualizante e punitiva do Conselho Tutelar, a experiência desta gestora, segundo seu relato, revela uma atuação de maior parceria e comunicação estreita. Além disso, o relato da profissional evidenciou uma atuação baseada no diálogo com as famílias, buscando esgotar todas as possibilidades antes de acionar o Conselho Tutelar. A entrevista revelou que a parceria entre a escola e o Conselho Tutelar é fortalecida pela relação pessoal entre os profissionais e pelo trabalho em rede.

Palavras-chave: Violência infantil; Conselho Tutelar; Escola; Crianças e adolescentes; Estatuto da Criança e adolescente; Gestão escolar; Violação dos direitos das crianças e adolescentes.

ABSTRACT

This paper analyzes how schools act in cases of violence against children and adolescents, focusing on the collaboration between schools and the Guardianship Council. The study aimed to understand the perception of school administrators regarding the actions of school professionals, their relationship with the Guardianship Council, and the challenges they face daily. To achieve these goals, the research used a qualitative approach, which included a documentary analysis of the Statute of the Child and Adolescent (ECA), a literature review on the topic, and an analysis of an interview with a school administrator from a municipal school in a city in the Baixada Fluminense region. The research results show that, in contrast to the academic literature's emphasis on a trend of "passing the buck" and an individualistic, punitive view of the Guardianship Council, the administrator's experience, according to her account, reveals a relationship of greater partnership and close communication. Furthermore, the professional's account highlighted an approach based on dialogue with families, seeking to exhaust all possibilities before contacting the Guardianship Council. The interview revealed that the partnership between the school and the Guardianship Council is strengthened by the personal relationships between professionals and by networking.

Keywords: Child violence; Guardianship Council; School; Children and adolescents; Statute of the Child and Adolescent; School administration.

LISTA DE SIGLAS

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA - Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT - Conselho Tutelar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

PNE - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

Introdução	10
Contextualização	12
Objetivos	13
Metodologia	14
1 O Conselho Tutelar e a proteção da criança e do adolescente	16
1.1 Estatuto da Criança e do Adolescente: Contexto e doutrina	16
1.2 Atribuições e funções.....	19
1.3 Composição e processo de eleição.....	22
2 A Articulação Escola-CT: Fortalecendo a Rede de Proteção	23
3 Revisão Bibliográfica: Mapeando a Violência nas Escolas e a Relação com os CTs	26
4 Percepções de uma profissional da Educação	31
4.1 A escola.....	32
4.2 Perfil da gestora.....	32
4.3 Identificação de situações e casos mais frequentes	32
4.4 Os encaminhamentos ao CT	34
4.5 Relação com o Conselho Tutelar	35
4.6 Desafios da escola	37
4.7 Formação docente para a proteção das crianças e adolescentes	38
5 Discussão dos dados e Considerações Finais	39
Referências Bibliográficas	42
Anexo	45

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem o objetivo principal de analisar as percepções de uma gestora de escola municipal pública sobre suas ações -e dos demais profissionais da escola - quando se depara com casos de violação dos direitos das crianças e adolescentes. Pretende-se analisar, especialmente, se e como a escola se articula com o Conselho Tutelar (CT). Minha motivação para este estudo é pessoal e profissional. Como professora, vivenciei uma situação marcante, num momento em que não havia compreendido ainda a importância de ter um olhar atento aos sinais que as crianças apresentavam e não tinha a real noção do meu papel docente na identificação e combate à violência.

Em uma ocasião específica, uma aluna de uma turma para a qual eu lecionava chegou à escola com sinais que poderiam indicar que ela havia sido vítima de violência. No primeiro momento, não soube exatamente como proceder, pois não havia recebido nenhuma formação ou orientação prévia sobre como agir diante de possíveis situações de violação de direitos. A orientadora educacional da escola encaminhou a situação e compartilhou comigo a importância de manter um olhar sensível e atento aos sinais que as crianças podem demonstrar no cotidiano escolar, bem como a necessidade de seguir os protocolos institucionais adequados.

Essa experiência me impulsionou a buscar conhecimento e me engajar na luta por um futuro livre da violação dos direitos das crianças e adolescentes. É fundamental entender que capacitações, como cursos e palestras, são ferramentas valiosas para aprofundar o entendimento sobre os direitos das crianças, as situações de violência e as estratégias de proteção, em especial para professores e gestores escolares que lidam diariamente com várias crianças e são, muitas vezes, os únicos adultos, representantes do Estado, com quem as crianças têm contato. Além disso, conhecer as legislações vigentes, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é essencial para agir de maneira correta e informada. É preciso atenção aos sinais de abuso ou negligência, que podem aparecer tanto no comportamento quanto na aparência das crianças. Identificar essas situações e encaminhá-las aos órgãos competentes, como o Conselho Tutelar, é uma das responsabilidades fundamentais de quem lida diretamente com crianças e adolescentes.

Essa experiência também reforçou a importância de compartilhar esse tipo de conhecimento com os colegas de trabalho. É indispensável que todos os profissionais da escola tenham um olhar atento para identificar possíveis violações dos direitos das crianças e adolescentes. Conversar com outros educadores e destacar a relevância de observar sinais de alerta cria uma rede de proteção mais forte dentro do ambiente escolar. A violência contra

crianças e adolescentes é uma grave questão social que exige medidas urgentes e eficazes. As escolas, por sua posição estratégica na vida das crianças e jovens, têm um papel crucial na identificação, prevenção e combate à violência. No entanto, muitas vezes, os profissionais da escola se sentem despreparados para lidar com essas situações.

O Conselho Tutelar é um órgão público responsável pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Esta monografia busca contribuir com o tema, explorando, através da análise de textos legais, de revisão bibliográfica e de uma entrevista realizada com uma gestora escolar de escola pública municipal, como os profissionais da escola identificam situações de violação dos direitos da criança e do adolescente e como agem nestas situações. Também temos como objetivo compreender em que situações os Conselhos Tutelares são acionados pela escola, como ocorrem as formas de comunicação e as possíveis ações conjuntas entre escolas e conselhos tutelares.

O capítulo 1 volta-se ao Conselho Tutelar (CT), dissertando sobre o contexto de surgimento deste órgão e seus fundamentos legais, bem como suas atribuições, funções, composição e processo de eleição.

O capítulo 2 é dedicado à análise dos textos legais sobre as situações previstas na lei em que a escola deve identificar e notificar o Conselho Tutelar sobre as violações de direitos das crianças. Neste capítulo são analisadas em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

No capítulo 3, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a relação entre Conselhos Tutelares (CT) e as escolas, mostrando como a literatura vem discutindo essa relação e sua importância na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

O capítulo 4 se dedica a análise de uma entrevista realizada com uma gestora de uma escola da rede municipal, buscando identificar suas percepções a respeito de como ocorre a identificação, notificação e acompanhamento de casos de violência nas escolas.

O capítulo 5 tem como objetivo explorar quais as relações podem ser feitas entre a bibliografia analisada e a entrevista realizada.

No capítulo final, tecemos considerações finais sobre a pesquisa, sintetizando os principais resultados e as contribuições da monografia para o tema. Abordaremos os limites do estudo e apresentaremos perspectivas para pesquisas futuras de investigação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O estudo da violação dos direitos das crianças e adolescentes mostra-se de extrema importância no cenário brasileiro, considerando o aumento significativo dos casos de violência e negligência que atingem esse público. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), foram registradas 2.356 mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes, sendo que 89% das vítimas pertenciam à faixa etária entre 12 e 17 anos. Além disso, quatro em cada cinco vítimas eram negras, o que evidencia a persistência das desigualdades raciais e a vulnerabilidade acentuada de determinados grupos sociais.

Ainda segundo o mesmo relatório, a residência continua sendo o local mais frequente de ocorrência dessas violações, concentrando 65,1% dos casos de abuso sexual infantil. Entre 2021 e 2023, foram registradas 164.199 vítimas de estupro ou estupro de vulnerável e 15.101 mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Esses números mostram a necessidade urgente de fortalecimento das políticas públicas e das redes de proteção.

Além disso, a discussão sobre a violação dos direitos das crianças e adolescentes está diretamente relacionada à efetivação da cidadania. Burgos (2020), em seu artigo 'Redes de proteção e a decantação dos direitos das crianças', destaca que a consolidação desses direitos ocorre gradualmente, no qual diferentes atores e instituições dividem responsabilidades na garantia da proteção integral.

Segundo o autor, o avanço da cidadania infanto-juvenil depende da articulação entre Estado, família, escola e comunidade, que formam redes de proteção. Essas redes têm papel fundamental na transformação dos direitos formais em práticas concretas, capazes de assegurar a dignidade e o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Nessa visão, entender as violações de direitos não é somente identificar casos de violência, mas refletir sobre os limites da cidadania e os desafios para que ela se torne efetiva. Burgos (2020) contribui para o entendimento da proteção da infância e adolescência como uma ação política, social e ética, que exige compromisso coletivo.

OBJETIVOS

Esta monografia tem como objetivo principal analisar as percepções de uma gestora sobre sua atuação e dos demais profissionais da escola quando se deparam com casos de violência contra crianças e adolescentes, especialmente como ocorre a articulação desta instituição com o Conselho Tutelar. Como objetivos específicos, a pesquisa pretende conhecer a percepção do gestor sobre as ações dos profissionais da escola quando identificam casos de violência infantil, assim como também as relações estabelecidas entre os gestores e os conselhos tutelares. Exploramos aspectos da atuação desta gestora escolar e a relação entre a escola e o Conselho Tutelar, abordando temas como a formação docente e de gestão para atuação em casos de identificação de violência contra crianças e adolescentes, práticas institucionais e desafios enfrentados no cotidiano escolar. Foi investigado como se dá a relação deste gestor escolar com os Conselhos Tutelares e como se estabelecem os canais de comunicação mais eficazes para acionar o Conselho Tutelar. Também buscamos conhecer como, na percepção da gestora escolar entrevistada, essa parceria tem se desenvolvido na prática; como a escola identifica situações que demandam intervenção do Conselho Tutelar; quais são as medidas adotadas, desde a identificação do problema até o encaminhamento ao órgão competente e os canais de comunicação mais eficazes para acionar o Conselho Tutelar.

Além disso, também tivemos como objetivo mapear as principais legislações acerca dos Conselhos Tutelares, de sua relação com a escola e das obrigações legais das instituições de ensino frente a situações de violência contra crianças e adolescentes. Por fim, também se buscou mapear a produção bibliográfica que trata do tema, especificamente da relação entre os CTs e as escolas.

Esta pesquisa tem caráter exploratório, buscando realizar uma primeira aproximação com o tema da relação entre escolas e Conselhos Tutelares. Por meio de uma análise inicial, pretende-se compreender, ainda que de forma delimitada, como se dá essa articulação na prática escolar, tomando como base o olhar de uma única gestora da rede municipal da Baixada Fluminense. Assim, o estudo não busca generalizar os resultados, mas contribuir com reflexões iniciais que possam subsidiar futuras investigações mais amplas sobre o tema.

METODOLOGIA

No presente trabalho, a fim de atingir os objetivos propostos, utilizamos uma abordagem qualitativa, dividida em algumas etapas: Análise documental de textos legais considerados fundamentais no tema, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a revisão bibliográfica de artigos acadêmicos pertinentes ao tema e a análise de uma entrevista realizada com uma gestora da rede municipal da Baixada Fluminense.

No âmbito dos textos legais, o foco no documento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), justifica-se por esta ser a principal legislação brasileira que versa sobre os direitos de crianças e adolescentes. A análise documental do ECA foi realizada através de uma leitura de seus artigos, com destaque para aqueles que tratam diretamente da temática sobre o Conselho Tutelar, e sua função para garantia dos direitos da criança e do adolescente. Essa análise explorou os artigos relacionados à política de atendimento e ao funcionamento do Conselho Tutelar, em especial os artigos 86 a 97 que delineiam as diretrizes e princípios para a implementação de ações governamentais e não governamentais voltadas para a criança e o adolescente; os artigos 131 a 138 que se concentram na estrutura, composição e atribuições do Conselho Tutelar, e os artigos 101 e 136 que tratam das medidas de proteção aplicáveis a crianças e adolescentes em situação de risco, como o encaminhamento para pais ou responsáveis, apoio temporário e inclusão em programas sociais e a definição do Conselho Tutelar como o órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, listando suas principais atribuições. Foi realizada também entrevista com uma gestora da rede pública de educação que atua em uma escola pública localizada em um município da Baixada Fluminense e teve como objetivo principal compreender a dinâmica da relação entre as escolas e os Conselhos Tutelares. A entrevista foi realizada a partir de um roteiro de perguntas que abordou o perfil da gestora e sua experiência profissional, a relação estabelecida com o Conselho Tutelar, as formas de identificação e encaminhamento de casos e a sua atuação em casos de suspeita de violação dos direitos da criança e do adolescente, a formação e capacitação específica para situações de violência. A pesquisa também investigou os critérios utilizados para decidir quando um caso deve ser encaminhado ao Conselho Tutelar e os procedimentos adotados para realizar esse encaminhamento. A gestora detalhou os métodos empregados para reconhecer situações preocupantes, como a observação atenta do comportamento dos alunos, a análise de relatos fornecidos por professores e demais funcionários, e as informações compartilhadas pelas famílias.

A gestora entrevistada trabalha em duas escolas, uma localizada em um município da Baixada Fluminense e outra no Rio de Janeiro. Essas instituições oferecem atendimento a estudantes desde a Educação Infantil até o terceiro ano do Ensino Fundamental I.

A pesquisa possui natureza exploratória e abordagem qualitativa, buscando aprofundar a compreensão de um fenômeno pouco investigado no contexto escolar, sem a pretensão de generalização dos resultados. A investigação se concentrou em uma única entrevista com uma gestora escolar, cuja experiência foi analisada como um estudo inicial e descritivo sobre a relação entre a escola e o Conselho Tutelar. Essa opção metodológica possibilitou levantar hipóteses, reflexões e possíveis caminhos de análise para estudos futuros que contemplem diferentes contextos e múltiplos participantes.

1 O CONSELHO TUTELAR E A PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Este capítulo explora o contexto de surgimentos dos Conselhos Tutelares, o papel e a importância do Conselho Tutelar, bem como suas atribuições, sua composição e o processo eletivo de escolha dos membros. O Conselho Tutelar é um órgão autônomo que tem a função de garantir os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, há avanços importantes na proteção das crianças e adolescentes trazidos pela Doutrina da Proteção Integral, como uma das principais ferramentas para a defesa infanto-juvenil. Apesar da natureza não jurisdicional dos CT, que define que os CT não têm o poder de julgar ou punir, mas apenas atuar de forma administrativa para garantir que os direitos da criança e do adolescente sejam respeitados, o Conselho Tutelar desempenha um papel público estratégico, sendo incumbido pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Eles trabalham em parceria com escolas, unidades de saúde, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), entre outros serviços, formando assim uma rede de proteção.

Esta rede de proteção começa com a identificação de uma situação de risco. O profissional de algumas dessas instituições pode perceber um problema, como por exemplo violência, negligência ou exclusão social. Em vez de atuar por conta própria, esse profissional aciona os outros serviços da rede. Por exemplo, um professor (a escola) pode encaminhar o caso de um aluno que sofre violência para o Conselho Tutelar e para o CREAS, que são especializados em violação de direitos.

As instituições, então, se comunicam e trabalham em conjunto para criar um plano de ação. Isso evita que a pessoa tenha que recontar sua história para cada serviço e garante que as intervenções sejam eficazes.

1.1 Estatuto da Criança e do Adolescente: Contexto e doutrina

O Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA, é uma das maiores conquistas quando nos referimos aos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Foi criado pela Lei nº 8.069, em 13 de julho de 1990. Antes de sua criação, crianças e adolescentes, muitas vezes, eram tratados como "mini adultos", sem o devido cuidado e proteção que as estas fases da vida exigem.

A legislação que tratava sobre o assunto era o Código de Menores, de 1979. Baseado na "Doutrina da Situação Irregular", o Código considerava os menores de dezoito anos como

um grupo marginalizado. A lei não reconhecia todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, mas sim como objetos de intervenção do Estado, especialmente aqueles em situação de pobreza, abandono ou envolvidos em infrações. O objetivo não era proteger os seus direitos, mas sim fazer o controle e a repressão dos mesmos.

A infância e a adolescência eram enxergadas pelo Estado como um problema social ao invés de levar em consideração as fases de desenvolvimento que precisavam de proteção. Nesta época, a legislação voltada à infância se voltava para o “menor infrator” e tinham um cunho repressivo. De fato, a Doutrina da Situação Irregular, que vigorou no Brasil antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tinha uma abordagem dirigida exclusivamente a crianças e adolescentes que se encontravam em situação “irregular”, ou seja, situações consideradas inadequadas na visão do governo, como pobreza extrema, abandono ou orfandade. De acordo com a lei, esses casos eram percebidos como problemas a serem resolvidos. A solução seria tirar essas crianças e adolescentes de suas famílias e colocá-las em instituições, como internatos ou reformatórios. Isso acontecia de maneira arbitrária, sem um processo legal, e o foco era a repressão e o controle, e não a proteção e desenvolvimento (LEITE, 2006, p. 93–107).

Essa doutrina, então, não garantia os direitos básicos a todos de maneira efetiva e acabava reforçando a exclusão social. O Estado não tinha a obrigação de proteger a criança e o adolescente como sua prioridade absoluta. Além disso, os direitos fundamentais como educação, saúde e lazer não eram garantidos de forma universal para essa parcela da população.

O ECA surge no contexto de redemocratização da sociedade brasileira e marca definitivamente a importância de trazer as crianças e adolescentes para o centro das preocupações republicanas do país, reconhecendo que elas são sujeitos de direitos, ou seja, têm voz, têm vez, e precisam ser respeitadas como cidadãos.

Nos anos 1980, o Brasil estava passando por mudanças profundas, com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Foi a primeira vez que a Constituição brasileira reconheceu os direitos das crianças e adolescentes como prioridade absoluta, conforme podemos verificar nos seguintes artigos da Constituição a seguir:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

A partir de então foi preciso criar uma lei específica que garantisse o que estava previsto na Constituição. Assim, o ECA, inspirado em tratados internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, assinada pelo Brasil em 1989.

Essa Convenção foi um tratado internacional que representou uma grande mudança na forma de como se enxergava a infância. Trata-se de um documento com força de lei, que o Brasil assinou e assumiu o compromisso de cumprir. Esse documento foi a principal inspiração para o ECA, em especial, no que concerne à Doutrina da Proteção Integral, orientadora de todo o documento. Esta doutrina concebe a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, em uma fase especial de desenvolvimento, que precisam de proteção total e prioritária da família, sociedade e do Estado. Esta doutrina tem por eixo a ideia de que toda criança e todo adolescente tem direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, à profissionalização, à cultura, ao respeito e à dignidade. E o mais importante, esses direitos valem para todos, sem qualquer distinção, tais como renda, cor/raça, deficiência, local de moradia, situação de vida etc.

Outro ponto importante de convergência entre os documentos é que a Convenção define criança como todo sujeito com menos de 18 anos de idade. O ECA segue essa mesma linha, mas considera crianças as pessoas de 0 a 12 anos incompletos, e adolescentes dos 12 aos 18 anos.

O ECA define a proteção da criança e do adolescente como dever da família, da sociedade e do Estado. Os pais são os primeiros responsáveis, mas a escola, os vizinhos, os profissionais da saúde, os conselhos tutelares, o poder público e cada cidadão também tem papel fundamental e precisam estar atentos na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. O ECA também prevê a criação de mecanismos e órgãos específicos para fazer com que seus artigos sejam cumpridos, assim surgem o Conselho Tutelar, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, as Varas da Infância e Juventude, entre outros.

1.2 Atribuições e funções

O Conselho Tutelar é um órgão essencial, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado para garantir que os direitos de meninos e meninas sejam protegidos de forma concreta. Este órgão não atua como polícia ou juiz, mas tem o papel de identificar situações em que crianças ou adolescentes tenham seus direitos violados e então tomar as devidas providências. Por exemplo, se uma criança estiver sofrendo violência dentro de casa, for negligenciada pelos responsáveis, estiver fora da escola ou passando por alguma situação de abandono, é o Conselho que vai agir. Eles podem fazer encaminhamentos para a rede de saúde, assistência social, escola e até acionar o Ministério Público, dependendo da gravidade da situação.

O Conselho Tutelar funciona mediante a informação ou denúncia de pessoas ou instituições sobre uma situação, na qual os direitos das crianças não estejam sendo cumpridos. Qualquer pessoa pode fazer essa denúncia, diante de alguma situação que coloque em risco e ameaça de violação de direitos da criança. A denúncia pode ser feita de várias formas, como por exemplo, por meio de telefone, pessoalmente ou através de outros órgãos como a escola e a unidade de saúde.

Quando o Conselho Tutelar recebe uma denúncia, começa um processo de verificação e acompanhamento para confirmar se os direitos da criança ou do adolescente estão sendo violados. Os conselheiros podem fazer visitas à escola ou à residência da família para entender a situação. Além disso, conversam com pessoas da família, a própria criança e outras pessoas que podem fornecer mais informações, agindo sempre em sigilo para proteger a criança e a pessoa que fez a denúncia.

Depois de investigar, caso seja confirmado que a criança ou adolescente está em uma situação de risco, o Conselho Tutelar age com o principal objetivo de protegê-lo através de medidas de proteção, que também estão previstas no artigo 101 do ECA. Por exemplo, pode orientar os pais, encaminhando a família para serviços de assistência social ou de saúde. Se a criança não estiver frequentando a escola, o Conselho pode exigir que a matrícula seja garantida. A medida mais séria, o acolhimento em um abrigo ou com uma família acolhedora, só é tomada em situações extremas, como nos casos de violência grave ou abandono, e somente quando todas as outras tentativas de manter a criança em sua família não derem certo.

Se a situação envolver um crime, como um abuso sexual ou uma agressão grave, o papel do Conselho é encaminhar o caso para a Polícia Civil e para o Ministério Público. Esses órgãos são responsáveis por investigar e levar o caso para a justiça, garantindo que o agressor

seja responsabilizado legalmente. Assim, o CT trabalha em parceria com outras instituições para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente.

O Conselho Tutelar também tem uma função educativa. Muitas vezes o trabalho é orientar, conversar com a família, buscar soluções junto com a comunidade. O Conselho Tutelar cumpre sua função educativa em diversas situações em que beneficiem a criança e o adolescente, ao invés de apenas punir de forma repressiva. Um exemplo são os casos de evasão escolar. Quando uma criança ou adolescente para de frequentar a escola sem motivo, o Conselho Tutelar pode atuar de forma educativa. Em vez de simplesmente acionar a justiça, ele convoca a família para uma conversa, para tentar entender os motivos do abandono. Assim, o Conselho orienta a família responsável sobre a importância da educação e busca, junto com eles, uma maneira de resolver o problema e garantir o retorno do aluno à sala de aula. Em situações de negligência, o CT também pode agir de forma pedagógica: se a família, por exemplo, demonstra falta de cuidado com a saúde ou a higiene da criança, a atuação do CT não se limita a tirar a criança do convívio da família, mas orientar esses responsáveis sobre os possíveis riscos da situação, e mostrar como é possível melhorar esse ambiente familiar. Eles também podem encaminhar a família para um centro de assistência social a fim de receberem o acompanhamento necessário. Nos casos em que há conflitos familiares que afetam o bem-estar da criança, o Conselho pode atuar como mediador através de conversas com as pessoas da família, escutando os pontos de vista e ajudando a encontrar um caminho para a paz e o respeito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define quais são as atribuições do Conselho, desde atender e aconselhar famílias até solicitar serviços públicos e acompanhar casos de risco. De acordo com o artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre as principais atribuições dos conselheiros estão:

atender e aconselhar os pais ou responsáveis e também as próprias crianças e adolescentes; aplicar as medidas de proteção previstas no artigo 101 sempre que necessário; promover a integração da criança e do adolescente na família e na comunidade; requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; encaminhar ao Ministério Público casos de infrações contra os direitos das crianças e adolescentes; encaminhar à autoridade judiciária os casos que exigem medidas de competência do Judiciário; providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, sempre que houver urgência; e, por fim, expedir notificações. (BRASIL, 1990, art. 136)

Ao compreender a estrutura, as atribuições e os fundamentos legais que orientam o Conselho Tutelar, vimos a importância desse órgão no contexto da proteção infanto-juvenil. Sua atuação vai muito além de intervenções pontuais, constituindo uma rede de cuidado que

busca assegurar que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos de maneira efetiva.

Nos artigos 136 e 137, são descritas as atribuições do Conselho Tutelar:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII - expedir notificações;
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no [art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal](#);
- XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. [\(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009\)](#)
[Vigência](#)
- XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. [\(Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014\)](#)
- XIII - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor; [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#) [Vigência](#)
- XIV - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários; [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#) [Vigência](#)
- XV - representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente; [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#) [Vigência](#)
- XVI - representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas; [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#) [Vigência](#)
- XVII - representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente; [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#) [Vigência](#)
- XVIII - tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente; [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#) [Vigência](#)
- XIX - receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina

contra a criança e o adolescente; [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#)
[Vigência](#)

XX - representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. [\(Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022\)](#) [Vigência](#)

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\)](#) [Vigência](#) (BRASIL, 1990, art. 136 e 137)

Dessa forma, o Conselho Tutelar tem o papel indispensável na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, atuando de maneira protetiva, preventiva e educativa. Ao atuar em conjunto com diferentes órgãos e serviços públicos, o CT não apenas intervém em situações de risco, mas também promove o fortalecimento familiar e comunitário, buscando assegurar que crianças e adolescentes tenham suas garantias legais preservadas. Assim, funciona como elo entre a sociedade e o Estado na promoção da proteção integral.

1.3 Composição e eleição

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que os conselheiros tutelares devem ser escolhidos pela comunidade local através de eleições. De acordo com o artigo 133 do ECA, podem ser candidatos a membros do conselho tutelar pessoas com:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a vinte e um anos;
- III - residir no município.

O ECA estabelece que o processo de escolha dos conselheiros tutelares aconteça por meio de eleições que acontecem no Brasil inteiro, de quatro em quatro anos. Os candidatos precisam cumprir alguns requisitos para disputar as vagas, como ter idade superior a 21 anos de idade e morar no município pelo qual se candidata. O processo é conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e quem fiscaliza é o Ministério Público. A lei permite que haja reeleição para novos mandatos, desde que o candidato participe novamente do processo de escolha.

Todas as pessoas maiores de dezoito anos, que possuem título de eleitor e que estejam em dia com a justiça eleitoral, podem votar. Cada município deve ter pelo menos um Conselho que deve ser formado por cinco membros.

Com relação a remuneração, de acordo com o ECA, os conselheiros têm direito a um salário que é estabelecido por lei municipal. A função de conselheiro é considerada remunerada e exclusiva, por isso é proibido que o profissional tenha outro cargo público.

2 ARTICULAÇÃO ESCOLA-CT: FORTALECENDO A REDE DE PROTEÇÃO

Neste capítulo, vamos nos debruçar sobre as situações em que a escola precisa agir diante de alguma violação de direitos das crianças e adolescentes. Além de ensinar conteúdos, a escola também tem a função de proteger e, para isso, os profissionais que ali atuam devem estar atentos a qualquer sinal de que um estudante está passando por alguma situação de risco. Para saber quando a escola deve comunicar essas situações ao Conselho Tutelar é fundamental olhar com atenção para alguns documentos importantes: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014) – Lei da Palmada, a Lei nº 13.431/2017 – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CONANDA).

O ECA, lei nº 8.069, de 1990, traz uma série de diretrizes e obrigações relacionadas à proteção integral de crianças e adolescentes que já foram descritas no capítulo anterior. Quando se trata da proteção às crianças e adolescentes, a escola precisa ter um papel muito ativo, pois é um dos lugares onde as crianças passam grande parte do dia. Os professores e os demais profissionais da educação, muitas vezes, acabam sendo os primeiros a perceber sinais de negligência, maus-tratos, abandono, exploração, violência física, psicológica ou sexual, especialmente quando os responsáveis são os próprios violadores ou quando não percebem estes sinais.

O artigo 56 do ECA diz que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental têm o dever de comunicar ao Conselho Tutelar casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, bem como casos de evasão escolar, reiteração de faltas injustificadas e sinais de indisciplina que ultrapassem o que é considerado comum para a idade da criança. Então a escola não pode simplesmente “fingir que não viu”. De acordo com a lei, ela deve agir fazendo a notificação aos órgãos de proteção. O artigo detalha essa responsabilidade:

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

(BRASIL, 1990)

É importante entender que a escola não “denuncia” a família ao Conselho Tutelar. Ela informa a situação porque é seu dever como instituição do Estado garantir que a criança não fique vulnerável a situações nas quais não seja assegurada a sua proteção integral. O CT buscará a melhor forma de agir, muitas vezes consultando a escola e realizando mediações com as famílias. A escola então, deve cumprir o seu papel de cuidado e responsabilidade social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) é a principal lei que regulamenta a educação no Brasil. Ela estabelece as regras e os princípios que o sistema educacional brasileiro deve seguir, da educação infantil até o ensino superior. A finalidade da educação, segundo a lei, está descrita no Art. 3º:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996)

Essa visão reforça a ideia de que a escola tem o papel fundamental de garantir um ambiente seguro para as crianças e adolescentes. O Art. 12 lista as incumbências dos estabelecimentos de ensino, como descrito em seu inciso IX: "notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei."

A Lei nº 13.010/2014, que também é conhecida como Lei da Palmada ou Lei Menino Bernardo, fez alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis e degradantes.

O nome "Menino Bernardo" se refere ao caso de Bernardo Boldrini, uma criança que foi vítima de violência e foi assassinado no Rio Grande do Sul, causando grande comoção nacional. A lei determina que todas as crianças e adolescentes têm o direito de "serem

educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto" (Art. 1º, *caput*).

O castigo físico é definido como "ação de natureza violenta, utilizando força física que resulte em sofrimento físico ou lesão" (Art. 1º, § 1º). E o tratamento cruel ou degradante é definido como "conduta ou forma de tratamento que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize" (Art. 1º, § 2º).

Essa lei proíbe totalmente o uso de qualquer um desses métodos por qualquer pessoa que esteja encarregada pelo cuidado e proteção da criança.

O descumprimento desta lei, dependendo da gravidade da situação, pode levar à suspensão ou perda do poder familiar, conforme descrito no Art. 24 do ECA: "A perda ou a suspensão do poder familiar será decretada judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos neste Código, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que se refere o art. 22" (Art. 24, § 2º).

A Lei nº 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, cria um sistema integrado de proteção para crianças e adolescentes que são vítimas ou testemunhas de violência. O principal objetivo é evitar que a criança ou o adolescente reviva o trauma tendo que contar o que aconteceu várias vezes para vários profissionais.

De acordo com texto, a "Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade." (BRASIL, Lei nº 13.431/2017, Art. 7º, *caput*).

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes é um documento elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para orientar ações em todo o Brasil com o objetivo de combater a violência sexual. Funciona como um guia com diretrizes para a prevenção, a proteção e a responsabilização.

O plano destaca a importância das instituições de ensino na identificação, acolhimento e encaminhamento das vítimas, conforme descrito na diretriz 3.2.1: "Incentivar a participação de educadores, pais e alunos nas ações de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em especial nas atividades de formação e sensibilização" (CONANDA, 2011, p. 19).

O documento também ressalta a importância de "Capacitar os profissionais de educação, saúde e assistência social para a identificação precoce e acolhimento das vítimas,

bem como para o encaminhamento adequado aos serviços da rede de proteção" (CONANDA, 2011, p. 23).

Assim, fica evidente que a escola é um espaço privilegiado na garantia dos direitos da criança e do adolescente, não apenas pelo seu papel formativo, mas também por sua função protetiva. Ao atuar em conjunto com o Conselho Tutelar e demais órgãos previstos na lei, a escola fortalece a rede de proteção e assegura que situações de violação sejam identificadas e encaminhadas de maneira efetiva.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: MAPEANDO A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS E A RELAÇÃO COM OS CTs

Neste capítulo, será apresentada uma pesquisa bibliográfica realizada nas plataformas Google Acadêmico e SciElo Brasil, levando em consideração a relevância que possuem na área da Educação. Foi realizada uma busca com as seguintes palavras chave: “Conselho Tutelar e escola”, “Relação CT e escola”, “Conselho Tutelar”, “Desafios Conselho Tutelar e escola”. Inicialmente, foram identificados 27 artigos publicados entre 2006 e 2023. Após a leitura dos títulos e resumos, foram utilizados os critérios de inclusão: textos publicados em periódicos revisados por pares, disponíveis integralmente em português, e que tratassem diretamente da atuação do Conselho Tutelar em articulação com as instituições escolares ou com as redes de proteção. Foram excluídos artigos que abordavam o Conselho Tutelar apenas de forma geral, sem relação com a escola, ou estudos voltados a outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (como CREAS, CRAS e Ministério Público). Após a aplicação dos critérios, foram lidos integralmente quatro artigos que abordaremos a seguir.

O primeiro artigo tem como título "*Fracasso escolar e conselho tutelar: um estudo sobre os caminhos da queixa escolar*", e foi escrito por Saviani (2020). Trata-se do relato de um estudo realizado em quatro conselhos tutelares no Paraná, com objetivo de investigar a relação entre a escola, conselho tutelar, justiça da infância e juventude, focando nas queixas escolares. Na pesquisa, baseada na teoria marxista, são analisados documentos e realizadas entrevistas com conselheiros para entender o fluxo e os encaminhamentos das queixas. O estudo aponta que, muitas vezes, o conselho tutelar é acionado pelas escolas, antes mesmo que se esgotem os seus próprios recursos, refletindo uma visão preconceituosa que responsabiliza as famílias de baixa renda pelo fracasso escolar. De acordo com a pesquisa, a maior demanda dos Conselhos Tutelares vem da Educação, com queixas como faltas e mau comportamento dos alunos. O texto aponta que há uma culpabilização grande do contexto familiar nos problemas enfrentados pela escola. Segundo o autor, faz-se necessário refletir

sobre o papel do Conselho Tutelar e sua relação com outros órgãos da sociedade na busca da garantia da proteção contra os direitos das crianças e adolescentes.

Embora em menor número, também ocorrem encaminhamentos ao Ministério Público (22,10%), Polícia Civil (4,21%) e Poder Judiciário (2,10%), principalmente por reincidências de faltas. O autor ressalta que as medidas protetivas e as ações do conselho tutelar podem reforçar a ideia de que a solução está apenas no indivíduo, deixando de considerar as questões sociais e estruturais.

Outro texto que trata da relação entre CT e escolas é *Peculiaridades entre conselho tutelar e crianças encaminhadas pela escola*, (2011) de autoria de Priscila Valverde Fernandes e Elizabeth Maria Andrade Aragão. São abordados, neste artigo, temas como falta de conhecimento e habilidades para identificar crianças em risco, a precariedade de recursos materiais, a insuficiência de profissionais, falhas na rede de proteção, estereótipos culturais, desvalorização profissional e impunidade dos agressores. O artigo tem como objetivo analisar a visão dos conselheiros tutelares sobre o papel da escola nos encaminhamentos que realiza e também disserta sobre as dificuldades encontradas nas intervenções com as famílias a partir da análise de quatro entrevistas. Foram entrevistadas quatro conselheiras do município de Cariacica, no Espírito Santo. As autoras afirmam que a relação entre escola e Conselho Tutelar vem sendo estabelecida desde o ano de 1990, mas cada uma destas instituições percebe a criança por perspectivas distintas por terem métodos de trabalho diferentes. A escola foca na questão do aprendizado e comportamento, enquanto o Conselho Tutelar se concentra na proteção dos direitos da criança.

De acordo com o artigo, em Cariacica, os conselheiros tutelares enfrentam diversos desafios no exercício da função. Recebem um pró-labore de apenas R\$900,00, lidam com resistência nos locais onde atuam e contam com poucos serviços de apoio. Mesmo que haja previsão legal de provimento de estrutura adequada por parte da prefeitura, isso nem sempre acontece na prática, o que torna o trabalho cansativo e difícil. O texto aponta que os conselheiros tutelares agem, na maioria das vezes, como se estivessem no papel da justiça, determinando algumas condutas familiares com base em práticas jurídicas. No Brasil, o atendimento a crianças e adolescentes vem sendo realizado por órgãos assistenciais ou pelo judiciário, mas muitas vezes há julgamentos sobre os indivíduos, desconsiderando as condições sociais em que eles estão inseridos.

Para as conselheiras entrevistadas, o mau comportamento dos alunos é atribuído à ausência das mães em casa, em contrapartida Badinter (1980) explica que a ideia da “mãe ideal” é algo socialmente construído, utilizada para controlar e culpabilizar as mulheres.

Antigamente as mães trabalhavam dentro de casa para lavar, passar, cozinhar e cuidar de menino. Viviam às vezes só com um salário mínimo e passavam até dificuldade, mas a mãe estava ali cuidando. Arregaçamos as mangas e fomos trabalhar fora e deixamos os nossos filhos em casa sozinhos. Então em casa ele aprende o que ele quer, faz o que ele quer, aí cresce aquela criança sem limite, sem rédea, sem respeito por ninguém. Quando ele chega na sala de aula faz e acontece. Aí existe um professor despreparado, é um conjunto (EX-CONSELHEIRA).

Ainda de acordo com as conselheiras entrevistadas, elas têm desempenhado dentro das escolas, funções que vão além de suas atribuições, como mediar conflitos entre os alunos e resolver as questões de danos ao patrimônio escolar. Muitas vezes, as conselheiras acabam tendo que resolver situações que deveriam ser levadas para órgãos competentes.

A atuação do Conselho Tutelar também se aproxima, muitas vezes, de práticas punitivas, como aparece no relato de uma conselheira: *“adolescente a gente tem que estar intimidando de alguma forma, ele tem que ter medo de alguma coisa”*. Essa é uma lógica que remete ao conceito de “ortopedia social” desenvolvido por Foucault (2008) que critica os mecanismos de controle social exercidos por órgãos como a escola, o sistema de saúde e também o próprio Conselho Tutelar.

No texto analisado, podemos perceber que há um certo "jogo de empurra" entre escola, Conselho Tutelar e família. Quando surgem situações difíceis com as quais a escola não consegue lidar sozinha, acaba chamando o Conselho Tutelar a fim de buscar uma solução rápida, sem refletir muito sobre o verdadeiro papel desse órgão. Então, o Conselho, sobrecarregado e com pouca estrutura, muitas vezes responde com ações pontuais, que não resolvem o problema de forma mais ampla e aprofundada.

O texto aponta que quando uma criança é encaminhada ao conselho tutelar, há uma visão psicologizada, como se fosse sempre culpa da criança, da família ou algo emocional. Assim, as questões sociais são tratados como problemas individuais pela escola, pelo conselho tutelar e até mesmo pelas famílias.

No artigo *Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil* analisa-se a violência contra crianças e adolescentes em Ribeirão Preto (SP), com base nas notificações feitas aos Conselhos Tutelares entre os anos de 2000 e 2003. A pesquisa busca compreender a dimensão e os tipos de violência mais comuns, destacando a doméstica, como agressões físicas, psicológicas, abuso sexual e negligência. Também aponta outras formas de violência: a estrutural, ligada à pobreza, falta de políticas públicas, ausência de atendimento em saúde, educação e convivência familiar; e a infracional, quando crianças e adolescentes cometem atos fora da lei. Um dos principais problemas levantados é a subnotificação. Muitos

casos de negligência não são registrados, o que pode ser reflexo da desconfiança no sistema ou da escolha do próprio Conselho em não registrar situações consideradas "menos graves".

O texto critica a visão individualizante desses casos, ou seja, a tendência de culpar apenas a família ou a criança, sem considerar os fatores sociais e econômicos que estão envolvidos. Defende que os registros devem melhorar, com padronização e destaque para o tipo de violência envolvida (doméstica, estrutural ou infracional), para que se compreenda melhor a complexidade dos problemas enfrentados por crianças e adolescentes e se promovam políticas públicas mais eficazes. Como o próprio texto afirma, “os dados oficiais representam apenas a ponta do iceberg” (2007, p.324), mostrando que a realidade é ainda mais grave do que os números indicam.

O artigo *Desafios para a garantia de direitos: uma experiência com conselheiros tutelares (2021)*, dos autores Renata Petry Brondani, Gabriela Clerici Christofari, Dorian Mônica Arpini e Rosane Janczura, menciona uma experiência que aconteceu no Rio Grande do Sul com conselheiros tutelares. A ideia veio de uma parceria entre uma universidade pública, o Ministério Público e os Conselhos Tutelares, com o objetivo de fortalecer o trabalho desses profissionais que são muito importantes na proteção das crianças e adolescentes. Eles perceberam que, apesar da existência do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), ainda há muitos desafios para fazer valer os direitos das crianças e adolescentes, principalmente por causa das desigualdades sociais e da visão distorcida que a sociedade tem do conselheiro tutelar, percebido com um órgão com caráter punitivo, que “bota medo”, e não como instituição que protege e acolhe. No estudo participaram professores e alunos de Direito, Serviço Social e Psicologia, com encontros semanais e carga horária de 60 horas. Foram discutidas questões, como trabalho em rede, violência sexual, dinâmica familiar, o papel do conselheiro e o funcionamento dos serviços. Também foram realizadas atividades práticas, como montar Ecomapas (que ajudam a visualizar a rede de apoio ao redor das famílias atendidas), assistir documentários e debater sobre as situações enfrentadas no dia a dia.

A partir do momento em que o grupo concluiu a primeira etapa da experiência, decidiu-se organizar um Projeto de Extensão, para tentar mudar a imagem do Conselho Tutelar na comunidade. Com este objetivo, criaram vídeos, podcasts, cartazes, páginas nas redes sociais e até programas de rádio, com a participação dos próprios conselheiros, para tentar mostrar de forma clara e acessível o que realmente fazem. Assim, mostraram que os conselheiros tutelares enfrentam um dia a dia bem conturbado, cheio de desafios ligados à vulnerabilidade social, negligência, violência e à falta de estrutura e apoio da rede. Como o

texto assinala: “os acontecimentos cotidianos no trabalho de um conselheiro tutelar se apresentam carregados de elementos emocionais intensos” (Castro et al., 2010)”

Além disso, o projeto mostrava o quanto essa função é exigente emocionalmente. A capacitação também serviu como espaço de acolhimento, onde sentimentos de revolta, angústia e até impotência puderam ser compartilhados. Foi um momento de troca entre quem já tinha mais experiência e os que estavam chegando, criando uma rede de apoio entre eles.

Os próprios conselheiros disseram que essa experiência foi muito importante para repensarem suas práticas, sentirem mais segurança e entenderem melhor o papel que exercem, além de ter ajudado a comunidade a ver o Conselho Tutelar de outra forma, com um papel que orienta, protege e escuta. O projeto conseguiu aproximar esses profissionais da população e fortalecer a ideia de que trabalhar em rede é essencial.

Em síntese, os artigos desta revisão bibliográfica mostram que a relação entre o Conselho Tutelar e a escola possui desafios e contradições, apresentando um “jogo de empurra” entre as instituições. Os estudos demonstram que os Conselhos Tutelares frequentemente são acionados para solucionar questões que a escola deveria solucionar sozinha, como faltas e mau comportamento, o que demonstra uma visão individualizante que tende a culpar a família de baixa renda pelo fracasso escolar.

Todos os textos apontam que o sistema de proteção à criança e ao adolescente ainda é frágil, salientando a sobrecarga de trabalho do Conselho Tutelar, assim como a precariedade de estrutura, recursos e apoio emocional no órgão. Os artigos ressaltam que há necessidade de se construir uma rede de apoio mais eficaz e de combater a visão punitiva do CT.

4 PERCEPÇÕES DE UMA GESTORA ESCOLAR

Após a fundamentação teórica e legal apresentada nos capítulos anteriores, este capítulo apresenta a análise de uma entrevista realizada com uma gestora de uma escola da rede municipal da Baixada Fluminense, explorando como as dinâmicas de identificação, notificação e acompanhamento de casos de violência contra crianças e adolescentes acontecem no ambiente escolar. A partir da perspectiva dessa profissional, buscamos compreender as percepções e práticas relacionadas ao papel da escola na proteção dos direitos das crianças, destacando as estratégias adotadas por professores e gestores, bem como os principais desafios enfrentados neste processo. Essa análise enriquece a discussão ao trazer uma visão sobre as articulações entre a escola e o Conselho Tutelar, enfatizando a importância dessa parceria na garantia da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O roteiro da entrevista foi dividido em três blocos. No primeiro, havia questões acerca do perfil profissional da gestora, mapeando sua formação, trajetória e atuação na rede municipal e na escola atual. No segundo, foram realizadas perguntas sobre a relação entre a escola e o Conselho Tutelar, investigando como essa conexão ocorre no cotidiano da gestão escolar. Outras questões abordaram o processo de identificação de situações que demandam encaminhamento ao Conselho Tutelar, detalhando como a escola identifica essas situações, o processo até o acionamento do Conselho e o papel específico da gestora nesses casos. Também foram discutidos os canais de comunicação utilizados para acionar o Conselho Tutelar e a percepção da gestora sobre como ocorre a parceria na prática. O roteiro incluiu também reflexões sobre os desafios enfrentados pela escola para assegurar a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Por fim, explorou-se como a formação inicial e continuada da profissional abordaram questões relacionadas ao Conselho Tutelar e a importância dessa relação para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Antes de analisar a entrevista, será apresentado um breve perfil da escola em que a diretora atua.

4.1 A escola

A escola fica localizada em um município da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, numa área urbana. Atende aos segmentos da Educação infantil ao quinto ano do ensino fundamental I. Tem em torno de 140 alunos matriculados e cerca de 10 professores atuando. E possui índice de NCE médio-baixo e Ideb um pouco acima da média do município.

4.2 Perfil da gestora

A gestora iniciou sua trajetória profissional após sua formação em 1996. No início, trabalhou em escolas particulares, atuando em instituições tradicionais e bem conceituadas no bairro onde reside atualmente. Ela se formou no curso de formação de professores de um Colégio Estadual. Posteriormente, ingressou em uma universidade pública, onde concluiu a graduação em Letras. Durante a faculdade, foi aprovada em um concurso público para o cargo de Professora II (P2) do Ensino Fundamental 1 no município do Rio de Janeiro, onde acumula 23 anos de atuação. Após se formar, também passou em concursos para outros cargos, incluindo uma vaga no estado como professora de Língua Portuguesa. No ano de 2010, foi convocada para o município desta escola atual onde assumiu novamente a função de P2. No decorrer de sua carreira, adquiriu experiências diversificadas. Atuou em salas de leitura, como

dirigente de turno e na gestão escolar. Um dos destaques foi sua passagem pela Escola Y, localizada neste município da Baixada Fluminense onde exerceu a função de gestão por dois anos e meio. Atualmente, a diretora entrevistada, divide suas atividades em duas unidades escolares: no Rio de Janeiro, onde desempenha o papel de alfabetizadora, e no município da Baixada, onde atua como dirigente de turno.

4.3 Identificação de situações e casos mais frequentes

A identificação de situações que exigem a intervenção do Conselho Tutelar na escola, segundo a gestora, não se limita a uma única pessoa, mas sim a um olhar atento de toda a comunidade escolar. De acordo com a gestora entrevistada, além das gestoras, os professores têm um papel primordial nessa identificação, como pode ser observado na seguinte trecho:

Uma gestão não funciona sozinha se o professor também não observar que algo diferente está acontecendo com aquele aluno em sala de aula. Talvez a gente que não esteja dentro da sala de aula não tenha essa percepção, porque a gente nem sempre vê aquela criança todos os dias. Quando estamos na gestão ou um orientador, dirigente de turno, não somos nós que estamos ali as quatro horas, no espaço ali... conversando e desenvolvendo, vendo o que o outro colega tá falando, então corre o risco da gente não ver determinadas coisas, então a parceria com professor, funcionário da escola funciona demais.

Além disso, ela menciona o papel estratégico do professor em sua relação com as crianças para que ocorram as identificações:

O professor sabe muito do contexto daquela criança, né, numa hora de conversa, numa hora da novidade, é a hora ali que, no dia a dia, o professor tem mais facilidade pra ligar o link, ao lincar uma situação a outra e trazer essa liberdade de somar mesmo enquanto escola, todo mundo junto.

Para a gestora, além dos professores, a escola deve ser um ambiente onde a observação inclui todos os profissionais. Ela ressalta a importância de a equipe escolar estar atenta a sinais específicos. Entre os mais comuns, se destacam mudanças no comportamento, ferimentos ou machucados recorrentes que extrapolam o que seria esperado de brincadeiras e alterações no padrão alimentar, com crianças que comem em excesso ou perdem o apetite repentinamente: "A escola em si, ela precisa ter uma observação muito grande, saber se a criança tá vindo com comportamentos diferentes, tá vindo com comportamento acuado em algumas situações, se está vindo machucada com muita frequência né."

A gestora reforça a lógica de que a união de todos os funcionários é fundamental para esse olhar atento. Uma funcionária da equipe de limpeza, por exemplo, pode perceber que uma criança vai muito ao banheiro, e o funcionário da alimentação pode perceber mudanças na alimentação da criança. Ao entender que todas as pessoas que trabalham na escola devem

se sentir parte do processo educativo, a escola consegue identificar essas questões com mais rapidez, sem sobrecarregar apenas o professor ou a equipe de gestão. Em suas palavras:

Dando a liberdade para que todas as pessoas entendam que elas fazem parte, que elas têm as equipes de subgrupos dentro do espaço escolar e que elas têm a liberdade de trazer algo que despertou para que seja investigado [...]... eu acho que a gente consegue identificar com mais rapidez, não deixando só na mão do orientador, só na mão do olhar do diretor.

Há situações também que a própria comunidade local, como vizinhos, sinaliza para a escola uma situação de risco, por sentirem-se mais seguras para fazer a denúncia na escola do que em outros locais. Nestes casos, a gestora afirma que não se omite, mas encoraja os vizinhos a acionarem também outros órgãos.

Já aconteceu também de vizinhos sinalizarem alguma questão, mesmo sabendo que os vizinhos podem ir ao conselho tutelar, à própria delegacia, eles acabam se sentindo mais seguros indo até a escola, como uma autoproteção. Embora, mesmo sendo atendidos, o meu papel numa situação como essa foi de encorajá-los a fazer também por outros caminhos né. A escola já abraça tantas questões e a gente não vai se negar a fazer, claro que não, porque o nosso foco é a criança, então a gente não vai se negar a fazer, mas para que as pessoas entendam que elas são cidadãos, elas também têm as suas responsabilidades.

Assim, observa-se que a trajetória profissional da gestora e sua atuação revelam um entendimento ampliado sobre o papel da escola na identificação de situações que necessitam de encaminhamentos ao Conselho Tutelar. Sua fala evidencia o papel central do professor nesse processo e também destaca a importância de envolver diferentes profissionais da equipe escolar. Essa lógica demonstra como a observação diária, compartilhada entre todas as pessoas envolvidas no âmbito escolar, contribui para que a escola seja um espaço atento a situações de vulnerabilidade, mesmo que nem sempre tenha meios para o encaminhamento resolutivo de todas as demandas.

4.4 Os encaminhamentos ao CT

Em relação aos principais motivos de encaminhamento da escola ao CT, a diretora destacou a infrequência escolar e casos de agressões psicológicas e físicas. A gestora afirma que a escola tenta resolver os conflitos, sempre que possível, de forma interna e ela menciona que nunca acionou o Conselho Tutelar por um simples atraso dos pais em buscar o aluno. Nestas situações, a primeira atitude é chamar o responsável. No caso de faltas frequentes, a escola faz a busca ativa e, muitas vezes, vai até a casa do responsável. Ou seja, há algumas ações antes de acionar o CT.

Eu fui uma gestora que mandava e-mail, entregava documentos... a gente pode não simplesmente acionar o conselho tutelar por conta de uma busca ativa, ou algumas questões problemáticas de violência doméstica junto às crianças. A gente sempre fez o processo de convocar os responsáveis, ter uma conversa, deixar claro para eles a necessidade de encaminhamento pro conselho tutelar... nós nunca, e nunca mesmo, enviamos ao conselho tutelar simplesmente nomes por ausência da criança (..) a gente nunca enviou sem antes, até ir à casa dos responsáveis.

Os casos que chegam ao Conselho Tutelar variam quanto à sua gravidade, mas de acordo com a entrevista, a gestora destaca aqueles de violência doméstica e maus-tratos físicos e psicológicos como os mais frequentes e urgentes. Nestas situações mais graves, ela aciona o CT imediatamente: "Algo gritante como violência, como maus-tratos, realmente eu não tive o que fazer, não seria... talvez não adiantaria, como não adiantou em algumas situações a conversa com o responsável, não resolveu."

A gestora menciona que a equipe realiza os encaminhamentos, geralmente acompanhados de um relatório, com o intuito de fornecer ao Conselho Tutelar informações claras e detalhadas sobre a situação. Ela afirma ainda que chama os responsáveis e explica a necessidade de fazer o encaminhamento: "A gente sempre fez o processo de convocar os responsáveis, ter uma conversa, deixar claro pra eles a necessidade de encaminhamento pro conselho tutelar..."

De acordo com a gestora, a comunicação com os CT acontece através de e-mails, telefonemas, mas principalmente através da entrega pessoal dos relatórios.

Então, indo presencialmente levar né, relatórios ou documentos, e-mail eles respondem, basta a gente pedir pra que sinalize se foi recebido, mas conforme eu falei, geralmente a gente entregava pessoalmente... eu trabalho com orientadoras que preferem inclusive entregar pessoalmente, mas quando eu enviava e-mail, eu telefonava também e pedia uma agilidade mesmo no processo.

Embora a equipe sempre sinalize os casos ao CT e encaminhe por meio de e-mails, a gestora relata que nem sempre é possível aguardar por uma resposta formal antes de tomar medidas. Ela ressaltou que, em situações de urgência, relacionadas à violência, a escola não pode esperar e deve agir rapidamente para garantir a proteção desses alunos, refletindo a necessidade de uma ação mais imediata para enfrentar situações de risco.

Nos casos levados ao conselho tutelar, nós levamos, nós damos retorno ao conselho tutelar, geralmente a gente encaminha, às vezes a gente já encaminha com relatório, dependendo da situação... se for infrequência... mas tem lá o percentual de infrequência, casos de crianças agredidas fisicamente ou mesmo verbalmente, psicologicamente falando, a gente recorre mais em caráter mais emergencial, então a gente analisa, manda e-mail, mas é uma coisa que às vezes não dá pra esperar para o dia seguinte né, já teve situação da gente enviar um e-mail na sexta-feira e a preocupação do que poderia acontecer no sábado e no domingo.

Após analisar a gravidade da situação, ela entra em contato com o conselho, informando que a intervenção precisa ser imediata. Nestes casos, o conselheiro depois retorna à escola informando como a criança está e quem é o novo responsável. O acompanhamento das situações e das crianças acontece por parte da escola e também dos CTs: “O Conselho Tutelar está acompanhando alunos que já entraram com processo anteriormente, então eles só estão acompanhando e confirmando se realmente as coisas estão fluindo de forma melhor do que a anos atrás.”

4.5 Relação com o Conselho Tutelar

Com relação a parceria entre a escola e o Conselho Tutelar, a diretora enfatiza que a sua experiência como gestora nessa relação foi positiva. Ela destaca sua atuação ativa na movimentação de envio e recebimento de documentos, sempre em conjunto com os profissionais de orientação educacional e pedagógica,. Juntos, realizam procedimento de chamar os responsáveis, promover uma conversa esclarecedora a fim de explicar a necessidade de encaminhar os casos ao Conselho Tutelar quando necessário. A gestora faz questão de frisar que, com exceção das situações de violência e risco para a criança, nenhum caso foi enviado ao Conselho sem antes tentar um contato mais direto com a família, como a visita à casa da criança, entendendo a complexidade das situações que envolvem crianças em situação de vulnerabilidade. Ela frisa que antes do caso ser encaminhado ao conselho tutelar, a escola faz contato com a família, chama na escola para conversar, ou até mesmo vai à casa da criança:

Então, minha relação com o conselho tutelar foi ótima, eu tive é... primeiro que eu fui uma gestora que eu mandava e-mail, entregava documentos, obviamente com o apoio das minha orientadoras maravilhosas, [nomes das orientadoras] muito preocupadas e empenhadas ... junto a elas a gente pode não simplesmente acionar o conselho tutelar por conta de uma busca ativa, ou algumas questões problemáticas de violência doméstica junto às crianças. A gente sempre fez o processo de convocar os responsáveis, ter uma conversa, deixar claro pra eles a necessidade de encaminhamento pro conselho tutelar... nós nunca, e nunca mesmo, enviamos ao conselho tutelar simplesmente nomes por ausência da criança ... a gente nunca enviou sem antes, até ir a casa dos responsáveis, a gente tem que ter muito cuidado, ver o que de fato tá acontecendo, porque em alguns momentos a gente acabou descobrindo que tinham crianças em situação de vulnerabilidade e sem contato telefônico... então a gente recorria, às vezes a um funcionário para ir a casa dessa criança. E o conselho tutelar também salvou alguns dos nossos alunos né, com ajuda também das dirigentes de turno, de professoras sempre atentas.

A diretora relata que, graças ao trabalho em conjunto com o Conselho Tutelar e o olhar atento de professores muito dedicados, alguns de seus alunos foram "salvos", ou seja, receberam o apoio necessário para superar situações graves. Para ela, o trabalho conjunto

entre a escola e o Conselho Tutelar é crucial para enfrentar as dificuldades e oferecer respostas eficazes para as situações de risco que seus alunos possam enfrentar.

Durante a entrevista, também foram compartilhadas experiências marcantes de articulação entre a escola e o Conselho Tutelar em casos de violação de direitos das crianças e adolescentes. Dois episódios, em especial, foram mencionados pela gestora por terem-na tocado emocionalmente e pela complexidade da situação.

O primeiro caso envolveu uma aluna de seis anos que, certo dia, compareceu à escola com o braço enfaixado. A dirigente do turno presente observou a situação e, ao questionar a criança, ouviu uma explicação que levantou certa suspeita. A menina afirmou que havia se queimado durante um churrasco, versão que parecia ter sido ensaiada. Após isso, ao ser acolhida pela equipe da escola, a aluna começou a relatar algumas partes da verdade, revelando sinais de possível agressão doméstica. A gestora, ao tomar ciência da situação, contatou a mãe, que se mostrou evasiva e tentou desacreditar a filha, alegando que “ela inventava histórias”.

Diante dessa situação em que havia dúvidas sobre uma possível vulnerabilidade da criança, a equipe escolar decidiu então acionar o Conselho Tutelar, buscando garantir a segurança da criança antes que a mãe a levasse embora. A conselheira chegou na escola e, de uma forma acolhedora, ouviu o relato espontâneo da aluna, que mostrou o ferimento e relatou o ocorrido. A gestora relata que a conselheira “não precisou perguntar nada” e que a menina reagiu com tranquilidade diante da decisão de ser levada para atendimento médico e acolhimento institucional. Segundo a gestora, a criança demonstrou alívio: “Ela ficou super tranquila, super feliz no carro”.

Esse caso chamou a atenção não só pela gravidade da agressão, como também pela postura indiferente da mãe diante da intervenção feita pelo conselho tutelar. Atualmente, segundo informações compartilhadas na entrevista, a menina está sob os cuidados de uma mulher por quem tem grande carinho, e se encontra em boas condições.

O segundo episódio relatado foi o de um aluno de 13 anos, que apresentava um histórico escolar irregular e comportamento introspectivo na escola. No início, a aparente tristeza era atribuída à ausência de sua mãe, que era usuária de drogas. Entretanto, após alerta de vizinhos, a escola percebeu sinais de maus-tratos físicos e negligência por parte da tia com quem o garoto morava. Após ter algumas conversas com a gestora, o aluno revelou que era frequentemente agredido e submetido a tarefas domésticas em excesso, chegando a passar o dia sem se alimentar.

Mesmo relutante, pois demonstrava medo de ser enviado a um abrigo, o aluno compreendeu a importância do contato com o Conselho Tutelar. O medo era compreensível, segundo a gestora, pois “na cabeça dele, pelo menos a tia era família”. A equipe buscou tranquilizá-lo, explicando que a prioridade era sua proteção. O acolhimento foi realizado de forma respeitosa, e, após breve passagem por uma instituição, o adolescente foi acolhido por uma ex-enteada do pai, com quem mantém um bom vínculo até hoje.

Esses relatos ilustram a importância de uma escuta atenta e sensível no ambiente escolar, bem como a atuação articulada entre escola e Conselho Tutelar para garantir a integridade física e emocional das crianças e adolescentes.

4.6 Desafios da escola

A entrevista com a gestora demonstra alguns desafios enfrentados pela escola para a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Um deles é a identificação das situações de risco. Na sua visão, a escola deve ser um ambiente de observação constante, onde todos os funcionários devem se perceber como educadores, e não apenas o professor ou a gestão. A observação de comportamentos diferentes que podem ser o primeiro sinal de que algo está errado- como a criança que se machuca com frequência ou mudanças no apetite revela-se fundamental para uma atuação cuidadosa e responsável.,.

Outro desafio, para ela, é a incerteza sobre o futuro da criança após a intervenção. A preocupação é com: “o que vai ficar dentro dessa criança, né, como vai ser trabalhado esse psicológico depois... 'a diretora da escola chamou o conselho tutelar e eu nunca mais vi minha mãe'".

Essa preocupação leva a escola a agir com calma, dando prioridade à conversa e à conscientização dos responsáveis, mas sem hesitar em casos de violência e maus-tratos.

A falta de formação continuada específica para lidar com esses casos é mais um obstáculo. A gestora afirma que:

“aprendi com a cara e a coragem mesmo contando com a observação de colegas experientes e o trabalho conjunto com orientadoras dedicadas. A experiência na gestão de uma unidade pública é desafiadora, pois "a gente ainda tem um... Primeiro que a escola não é nossa, né? Então nem sempre a gente vai poder fazer do jeito que a gente acha correto.”

Além disso, há um sentimento de que o setor público tem cobranças que, em alguns momentos, não demonstram tanta preocupação com a educação em si. Apesar disso, ela acredita que a relação entre a escola e o conselho tutelar é "grandiosa" e que, com dedicação e coragem, é possível fazer a diferença na vida dos alunos.

4.7 Formação para a proteção das crianças e adolescentes

Em relação à formação da diretora para atuar nos casos de prevenção aos direitos da criança e do adolescente na escola, ela relatou que nunca recebeu formação continuada específica para essa função. Segundo ela, aprendeu "com a cara e com a coragem". No entanto, antes de assumir a gestão escolar, teve a oportunidade de trabalhar com uma excelente orientadora educacional, que tinha o cuidado de conversar com os responsáveis antes de qualquer ação junto ao Conselho Tutelar. Essa orientadora, que já estava há muitos anos na mesma escola e era muito conhecida e respeitada pelos responsáveis, facilitava o processo de comunicação, o que, de acordo com a entrevistada, era um grande diferencial.

A diretora também mencionou que, antes de sua gestão, trabalhou diretamente com adolescentes e já exercia o papel de escuta, acompanhando como o processo com o Conselho Tutelar acontecia. Ela compartilhou ainda uma experiência importante de sua trajetória profissional em sua primeira escola, na rede deste município da Baixada onde seu ex-diretor se tornou conselheiro tutelar. Essa mudança proporcionou diversas trocas de experiências e conversas que contribuíram significativamente para o aprendizado da diretora sobre o papel do Conselho Tutelar. Apesar de todas essas vivências, ela reconhece que, embora tenha uma ideia do caminho a seguir, continua aprendendo e buscando formas de aprimorar sua atuação na prevenção e proteção dos direitos dos alunos.

Este capítulo apresentou uma análise detalhada da entrevista realizada com uma gestora escolar, mostrando a dinâmica da escola na identificação, notificação e acompanhamento de casos de violência contra crianças e adolescentes, em parceria com o Conselho Tutelar. Através da experiência vivida pela gestora, foi possível perceber como as práticas de prevenção e proteção dos direitos dos alunos são realizadas no cotidiano escolar, destacando a importância da atuação coordenada entre a escola e o Conselho. As estratégias adotadas pela gestora, como a utilização de relatórios detalhados e a visita à casa da criança antes de formalizar o encaminhamento, demonstram a sua preocupação com a qualidade do atendimento e a busca por soluções rápidas e eficazes. A entrevista também ressaltou a importância de uma comunicação clara e de um trabalho em conjunto, que possibilitou a resolução de situações delicadas, como no caso da menina com queimaduras.

A análise da experiência da gestora mostra a importância de uma formação contínua e do aprendizado prático no exercício da função de direção escolar. A falta de uma formação específica sobre a atuação do Conselho Tutelar foi substituída por vivências e trocas de

experiências com outros profissionais, o que permitiu à gestora desenvolver uma atuação eficiente, mesmo diante das limitações de recursos e da complexidade dos casos. A colaboração com o Conselho Tutelar, a escuta ativa dos alunos e a busca por soluções rápidas são elementos chave para garantir a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, e a gestora enfatizou que, apesar das dificuldades, seu compromisso com a segurança e o bem-estar dos alunos continua a ser sua principal prioridade.

5. DISCUSSÃO DOS DADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem como objetivo relacionar os artigos da revisão bibliográfica com a entrevista da gestora. De acordo com a pesquisa bibliográfica, o Conselho Tutelar é, muitas vezes, acionado precocemente, sem haver o esgotamento de todos os recursos possíveis para resolução das situações (Saviani, 2020). Porém, a experiência da gestora entrevistada nos revela um quadro diferente quando se trata da escola em que ela atua: a mesma relata que a escola sempre tenta esgotar todas as possibilidades antes de acionar o conselho tutelar. Ela menciona que a escola está sempre buscando o diálogo e a parceria com a família. Esse contato direto se opõe com o “jogo de empurra” que os artigos apresentam, demonstrando, possivelmente, que algumas gestões atuam de maneira proativa e empática. Ao reconhecer as dificuldades de infraestrutura enfrentadas pelos conselheiros, bem como seus desafios cotidianos, a diretora parece apresentar uma relação de empatia e parceria na atuação com os conselheiros num contexto de precariedade que destoa da relação apresentada pelos artigos. Deve-se considerar que, nesta monografia, temos apenas a visão da gestora diferentemente dos artigos que trazem a percepção dos CT. Será que uma entrevista com os CTs desta região indicaria o mesmo que as pesquisas anteriores? Neste caso, será que há invisibilidade do trabalho das gestoras nas escolas? Será que, de fato, há gestões que atuam de forma completamente diferente? Será que a formação dessa gestora na experiência, tendo inclusive uma pessoa próxima que se tornou CT, a torna mais preparada para atuar?

Outro ponto discutido nos textos é a tendência dos profissionais da escola, e mesmo dos CT, apresentarem uma visão individualizante das situações que exigem intervenção e atuação do CT culpando a criança ou a família, sem considerar o contexto social mais amplo do país e da região em que vivem. A gestora mostra, em sua fala, que sua equipe se preocupa em entender a complexidade das situações. A equipe, de acordo com a gestora, ouve, acolhe e busca a proteção da criança, atuando para além do que os artigos definem como uma simples “queixa escolar” e, reconhecendo a importância da atuação em equipe, principalmente do olhar sensível e atento do professor. Apesar disso, a diretora não menciona nenhum

protocolo ou formação realizada na escola no sentido de formar os docentes sobre estas questões e procedimentos. Também chama a atenção o fato dela não ter mencionado nenhum problema que tenha enfrentado com algum profissional da escola neste sentido.

Durante a entrevista, a gestora também abordou a falta de estrutura e os desafios que o conselho tutelar enfrenta. Ela menciona a necessidade de ação imediata em situações de urgência e também a importância de ter um contato direto com os conselheiros, em algumas situações usando telefones e contatos pessoais. Seu relato mostra que, mesmo com a legislação e protocolos, a parceria na prática entre essas duas instituições também acontece com uma dimensão pessoal entre os profissionais.

Os artigos apresentam atuações e percepções dos CTs que, equivocadamente, atuariam como órgãos punitivos, remetendo à “ortopedia social” de Foucault (2008). No entanto, esta gestora apresenta uma visão diferente. Nos casos em que ela mencionou na entrevista, o CT atuou de forma acolhedora, orientando e protegendo a criança. Será que a atuação nesta região acontece sempre desta maneira? Se sim, haveria elementos particulares desta escola, CT e contexto que ajudariam a compreender essa distinção?

A questão da formação profissional também aparece como uma conexão entre os textos e a entrevista. A gestora relatou que sua formação inicial não a preparou para lidar com o conselho tutelar e disse que “aprendeu na raça”. Isso reforça o que os artigos sugerem sobre a necessidade de capacitação, como o projeto de extensão mencionado no texto de Brondani et al. (2021). A gestora, ao adquirir conhecimento com uma orientadora experiente e com trocas com um diretor que se tornou conselheiro tutelar, demonstra que uma formação contínua é fundamental para que a atuação seja eficaz. Não obstante, é necessário pensar que essa formação para além das vivências práticas e das relações pessoais, precisa acontecer de forma institucional e deve ser garantida pelos governos locais.

Por fim, esta monografia procura trazer uma contribuição para o tema da relação entre escolas e Conselhos Tutelares e abre ainda um leque de questões para pesquisas futuras: Como a formação continuada dos profissionais da educação pode ser melhorada para abordar as obrigações legais de professores e gestores em relação a casos de violência escolar? Como pensar uma formação que aborde a relação da escola com o Conselho Tutelar? Quais são os principais fatores que levam alguns Conselhos Tutelares a atuarem de forma mais acolhedora em vez de punitiva?

É importante ressaltar que esta pesquisa possui limites próprios de um estudo exploratório, pois se baseia na análise de uma única entrevista. As percepções aqui

apresentadas não podem ser generalizadas para outras escolas ou regiões, mas oferecem hipóteses iniciais sobre a forma como a relação entre escolas e Conselhos Tutelares pode se estabelecer na prática. Futuras pesquisas poderão ampliar o número de participantes e contextos investigados, incluindo também as percepções de conselheiros tutelares, professores e demais profissionais da rede de proteção, de modo a aprofundar a compreensão dessa parceria e seus desafios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZON, M. R. **Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 24, n. 2, p. 323–332, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000200011>.

BETT, G. de C.; LEMES, M. J. **Fracasso escolar e conselho tutelar: um estudo sobre os caminhos da queixa escolar.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, e217251, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217251>.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (**Estatuto da Criança e do Adolescente**), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 122, p. 1-2, 27 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (**Estatuto da Criança e do Adolescente**), a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 e a Lei nº 12.961, de 4 de abril de 2014. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 66, p. 1-2, 5 abr. 2017.

BRONDANI, R. P. et al. **Desafios para a garantia de direitos: uma experiência com conselheiros tutelares**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 16, n. 4, p. 1–16, dez. 2021. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000400002

BURGOS, Marcelo Baumann. **Redes de proteção e a decantação dos direitos das crianças**. Revista Tempo Social, v. 32, n. 3, p. 191–213, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/16355>.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Brasil). **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF: CONANDA, 2000.

DESLANDES, S. F.; CAMPOS, D. de S. **A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 7, p. 2173–2182, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.13812014>.

FERNANDES, P. V.; ARAGÃO, E. M. A. **Peculiaridades entre conselho tutelar e crianças encaminhadas pela escola**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 23, n. 1, p. 219–232, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000100015>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>.

FRIZZO, K. R.; SARRIERA, J. C. **Práticas sociais com crianças e adolescentes: o impacto dos conselhos tutelares**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 26, n. 2, p. 198–209, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200004>.

GONÇALVES, H. S.; BRITO, T. S. de. **Conselheiros tutelares: um estudo acerca de suas representações e de suas práticas**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 11, n. 1, p. 56–77, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.1.9194>.

KATZ, B.; DENARDI, M. **A atuação do Conselho Tutelar na proteção dos direitos de crianças e adolescentes.** Revista Jurídica da Universidade de Fortaleza, Fortaleza. Disponível em:

<https://www.unifor.br/documents/392178/3101527/Bruna%2BKatz%2Be%2BMatheus%2BDenardi%2BMartins.pdf>.

LEITE, Carla Carvalho. **Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas.** Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 23, p. 93-107, jan./jun. 2006.

PASE, H. L. et al. **O Conselho Tutelar e as políticas públicas para crianças e adolescentes.** Cadernos EBAPE.BR, v. 18, n. 4, p. 1000–1010, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190153>.

SANTOS, L. F. et al. **Fatores que interferem no enfrentamento da violência infantil por conselheiros tutelares.** Saúde em Debate, v. 43, n. 120, p. 137–149, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912010>.

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021-2023).** Brasília: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>.

ANEXO: ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1: Apresentação: Qual a sua formação? Conte um pouco sobre a sua atuação profissional (quando se formou? onde atuou / quando entrou na rede? Quando entrou nessa escola?
- 2: Como se dá a sua relação, como gestora, com os Conselhos Tutelares?
- 3: Como acontece na escola a identificação de situações que precisam ser levadas ao Conselho Tutelar? Me conte como acontece a identificação e todo o processo até chegar aos CT.
- 4: Como é a sua atuação, como diretora nestes casos que são levados ao conselho tutelar?
- 5: Como tem sido a sua experiência a parceria entre a escola e o conselho tutelar na sua unidade escolar?
- 6: Quais os canais de comunicação mais eficazes para a escola acionar o Conselho Tutelar?
- 7: Que desafios a escola enfrenta para garantir a proteção dos direitos da criança e do adolescente?
- 8: Gostaria que você me desse exemplos de casos concretos em que houve atuação conjunta da escola e do Conselho Tutelar. Tem algum que te marcou mais especialmente?
- 9: Na formação continuada, por exemplo na rede, houve algum tipo de formação nesse sentido? Como aprendeu?
- 10: Na sua visão, qual a importância da relação entre a escola e o conselho tutelar na defesa dos direitos da criança e do adolescente?